



República de Moçambique
Ministério da Economia e Finanças

Orçamento Cidadão 2018

7ª Edição

Visão:

Estimular a transparência e participação do Cidadão em todas as fases do processo orçamental (elaboração, execução, aprovação e controlo).

Missão:

Informar ao Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre aspectos relevantes do Orçamento do Estado.



Prezado
Cidadão,

O Governo de Moçambique, através do Ministério da Economia e Finanças (MEF), apresenta a 7ª Edição do Boletim ORÇAMENTO CIDADÃO, que tem como finalidade dar a conhecer ao público em geral, anualmente, as principais linhas do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE). Ao início de cada mandato de cinco anos, o Governo prepara um programa que guiará os esforços para a melhoria das condições de vida dos moçambicanos nos cinco anos seguintes, o Programa Quinquenal do Governo (PQG).

As prioridades deste programa são traduzidas em planos anuais, o Plano Económico e Social (PES), que contém várias acções em diversas áreas como educação, saúde, água e saneamento. Tais acções são quantificadas através do Orçamento do Estado OE, para que estas se materializem, e assim, os objectivos do Governo para o país tornem-se realidade.

O cidadão tem o dever de pagar as suas contribuições e impostos, e tem assim o direito de saber como estes são utilizados pelo Governo. Para que este boletim aproxime-se cada vez mais das reais necessidades de informação do cidadão, o MEF consultou Organizações da Sociedade Civil no que diz respeito ao público-alvo, conteúdo, formato, disseminação e avaliação desta ferramenta. Agradecemos a disponibilidade e colaboração de todos os intervenientes e salientamos que sempre haverá espaço para novas sugestões e comentários.

Este Boletim, assim como os OE e PES anuais, e outros documentos relacionados, estão disponíveis no: <http://www.dno.gov.mz>.



Sugestões e comentários: 21 4900006/7

COMO É PREPARADO O ORÇAMENTO DO ESTADO?

A elaboração do Orçamento do Estado obedece várias etapas, destacando-se:

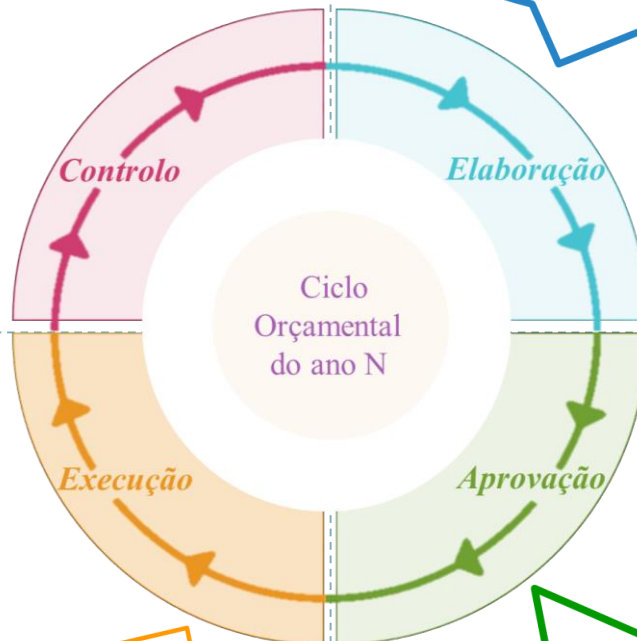
Oportunidade para participação da Sociedade Civil:

Trazer evidências para informar os pareceres do Tribunal Administrativo e da Assembleia da República sobre a CGE

Principais Actores: MEF (controlo interno que culmina na preparação e submissão da Conta Geral do Estado, CGE, até 31 de Maio de N+1 ao Tribunal Administrativo, TA, e à Assembleia da República, AR), Tribunal Administrativo (prepara o relatório e parecer sobre a CGE, entre Jun e Nov de N+1), Assembleia da República (aprecia e delibera sobre CGE entre Dez de N+1 à Mar de N+2)

1. MEF elabora o CFMP (Nov N-2 à Maio N-1)
2. MEF submete BdPES e REO do ano N-2 à AR (até 14 de Fev N-1)
3. MEF comunica limites e envia orientações para a elaboração do PES e OE (31 de Maio N-1)
4. Sectores e Províncias preparam suas propostas de PES/OE (Jun & Jul N-1)
5. MEF globaliza propostas e elabora propostas do PES e OE nacionais (Ago & Set N-1)
6. Submissão das propostas de PES e OE ao Conselho de Ministros (até 15 de Set N-1)
7. Submissão das propostas do PES e OE do ano N à Assembleia da República (até 30 de Set N-1)

Principais Actores: MEF (faz previsões, dá limites, harmoniza e prepara propostas nacionais), Sectores, Províncias, Distritos (preparam propostas), Conselhos de Ministros (aprecia e submete propostas à Assembleia da República)



Oportunidade para participação da Sociedade Civil: Participar na planificação Sectorial, Provincial e Distrital

Principais Actores: Autoridade Tributária (arrecada receita), Sectores, Províncias, Distritos (arrecadam receitas, executam despesas), MEF (elabora Relatórios de Execução Orçamental, REO e Balanços do PES, BdPES) durante o ano N.

Principais Actores: Assembleia da República (analisa e aprova as propostas até 15 de Dez de N-1)

Oportunidade para participação da Sociedade Civil: Monitorar a execução da despesa e dos planos (o que foi planeado está sendo feito, e o dinheiro devidamente gasto?)

Oportunidade para participação da Sociedade Civil: Engajar com as diferentes comissões e Bancadas Parlamentares na fase de análise e discussão das propostas

→ Ano N é o ano orçamental (para o qual se vai elaborar o Orçamento do Estado)

ORÇAMENTO DO ESTADO 2018: 302.928,1 MILHÕES DE MT

O Orçamento do Estado é um documento que detalha todas as receitas e despesas do Estado previstas para um determinado ano.

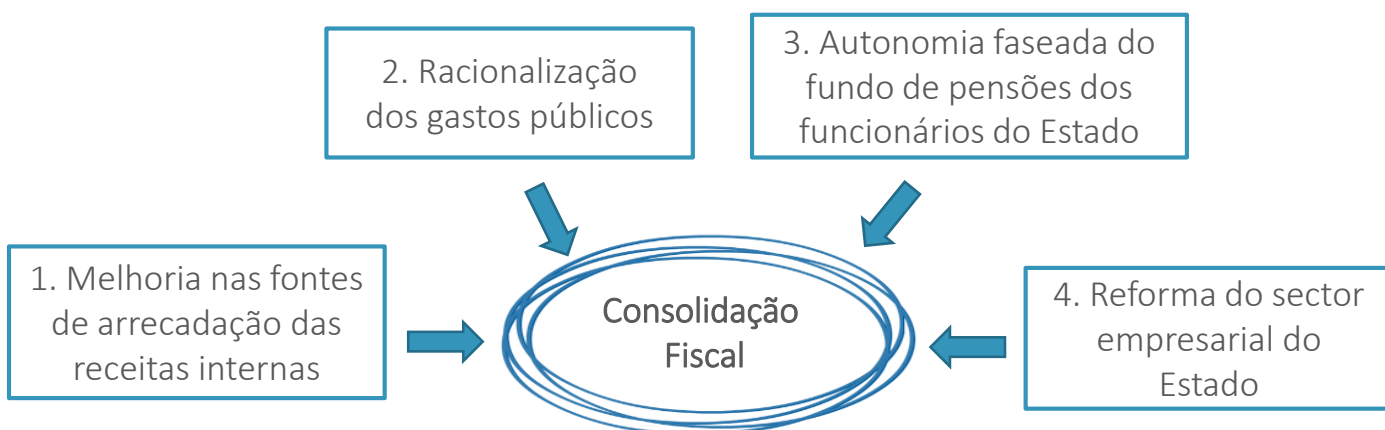
Funcionamento: 184,037.1 milhões de MT (61%)

Investimento: 81,404.3 milhões de MT (27%)

Operações Financeiras: 37,486.8 milhões de MT (12%)



POLÍTICA ORÇAMENTAL



MEDIDAS DE CONSOLIDAÇÃO FISCAL

Dentre várias medidas, destacam-se as seguintes:

- Implementação do Código do Imposto sobre Consumo Específico (ICE);
- Introdução da marcação de combustíveis;
- Simplificação do processo de reembolso do IVA;
- Contenção de gastos das rubricas de Bens e Serviços e demais Despesas com Pessoal;
- Limitação de contratação de novos funcionários para a administração pública, com excepção da área de Educação (5.213 novos professores), Saúde (2.019 novos profissionais) e Agricultura (305 extensionistas);
- Eliminar o subsídio às gasoleiras e converter o subsídio ao transportador em aquisição de transportes semi-colectivos;
- Implementação da Lei do Sector Empresarial do Estado; e
- Definição da política de fundiamento do Fundo de Pensões.



PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Que informação foi levada em conta na preparação do OE?

Crescimento Real da Economia (PIB): 5,3%

Inflação Média
Anual: 11,9%

RIB
(Meses de Cobertura
de Importação): 6.0

Exportações
(Milhões de USD):
4.122,0

Importações
(Milhões de USD):
5.453,0

O crescimento da economia em 2018 será impulsionado essencialmente pela Indústria Extractiva (13,8%), Comércio (7,2%), Electricidade e Gás (7,0%), Transportes (6,1%), Alojamento (5,0%), Sistema Financeiro (4,5%), Agricultura (4,4%), Construção (3,8%) e Pesca (3,8%).

Variáveis relacionadas com a conjuntura internacional (crescimento, inflação, taxa de câmbio, preços de mercadorias) também influenciam a economia moçambicana.

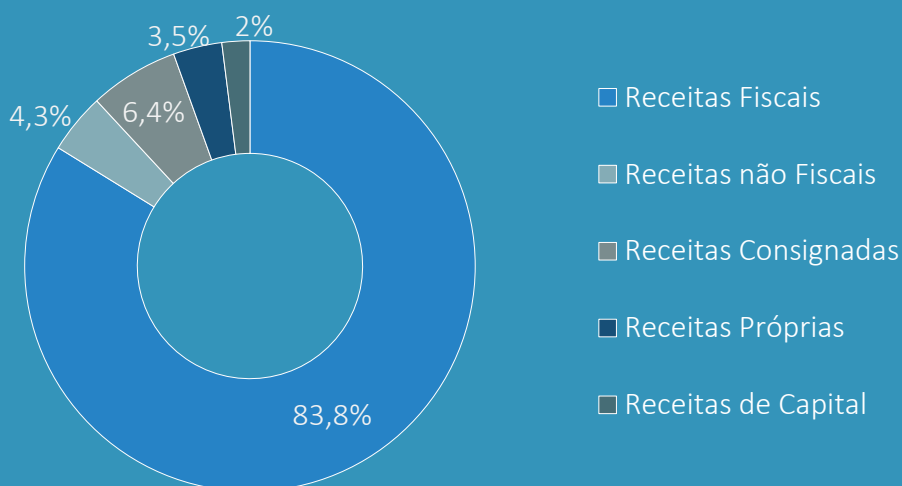


RECEITAS DO ESTADO

Que recursos o Governo prevê arrecadar?

Para 2018, a previsão das Receitas do Estado é de 222.859,7 milhões de MT, correspondente a 22,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Comparado ao ano 2017, este montante representa um decréscimo de 0,7 pontos percentuais do PIB, mas um incremento, em termos nominais, de 19,6%.

GRÁFICO 1 - Proporção das Receitas do Estado por tipo



RECEITAS PROVENIENTES DA ACTIVIDADE PETROLÍFERA E MINEIRA

Como o Governo redistribui?

A lei orçamental prevê que 2,75% das receitas provenientes da extração dos recursos minerais e petrolíferos devem ser transferidos às comunidades onde se localizam os respectivos projectos.

TABELA 1 - Transferências às Comunidades, LEI 2018

Província	Distrito	Localidade	Actividade Mineira	Milhões de MT
Cabo Delgado	Montepuez	Nyamanhumbir	Rubis 	12.5
Nampula	Larde	Topuito	Areias Pesadas 	4.1
Tete	Moatize	Cateme 25 de Junho Chipanga II Benga	Carvão Mineral 	2.3
				2.3
				2.3
				0.4
Zambezia	Chinde	Mitange	Areais Pesadas 	0.8
Manica	Manica	Penhalonga Manica	Ouro 	0.4
				0.4
Inhambane	Govuro	Pande Maimalane	Gás Natural 	1.0
				3.9
Total:				30.3

DESPESAS DO ESTADO

Quanto o governo prevê gastar?

Para 2018, a previsão das Despesas do Estado é de **302.928,1 milhões de MT**, o que equivale a 30,5% do PIB. Comparado a 2017, este montante representa uma redução em 3,4 pontos percentuais do PIB, mesmo sendo um aumento em termos nominais de 11,2%. Este decréscimo é devido à necessidade de contenção dos gastos públicos, para se alcançar o objectivo da consolidação fiscal.

Em 2018, a prioridade para as Despesas do Estado são:

- Expansão das infra-estruturas sociais para aumentar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação de serviços públicos para a população;
- Implementação de Programas de Segurança Social Básica, aumentando o número de pessoas em situação de vulnerabilidade que se beneficiam destes programas;
- Ampliação da rede de infra-estruturas económicas, com potencial para dinamizar a actividade agrária, industrial, mineral-energética e turística; e
- Modernização dos serviços públicos para melhorar o ambiente de negócios, consolidar o Estado do Direito, e aproximar os serviços aos cidadãos, apostando na utilização de plataformas eletrónicas, tais como e-BAU, e-Governo, e-Tributação.

No entanto, várias medidas serão tomadas para se racionalizar a despesa pública, dentre as quais:

- Limitação de contratação de novos funcionários para a administração pública, com excepção da área de Educação (5.213 novos professores), Saúde (2.019 novos profissionais) e Agricultura (305 extensionistas);
- Redução em 10% na atribuição do bónus especial ao funcionário com habilitações de nível médio técnico profissional ou superior, condicionado à mudança de carreira ou categoria
- Uniformização da taxa de subsídio de localização para 15%;
- Maior rigor na atribuição de subsídio de adaptação;
- Contenção da rubrica de Bens e Serviços, com particular enfoque para os gastos com arrendamento de imóveis, combustíveis e comunicações;
- Racionalização de aquisição de viaturas protocolares e de alienação;
- Eliminação do subsídio de compensação às gasoleiras;
- Conversão do subsídio ao transportador em programa de investimento para a aquisição de transportes semi-colectivos.

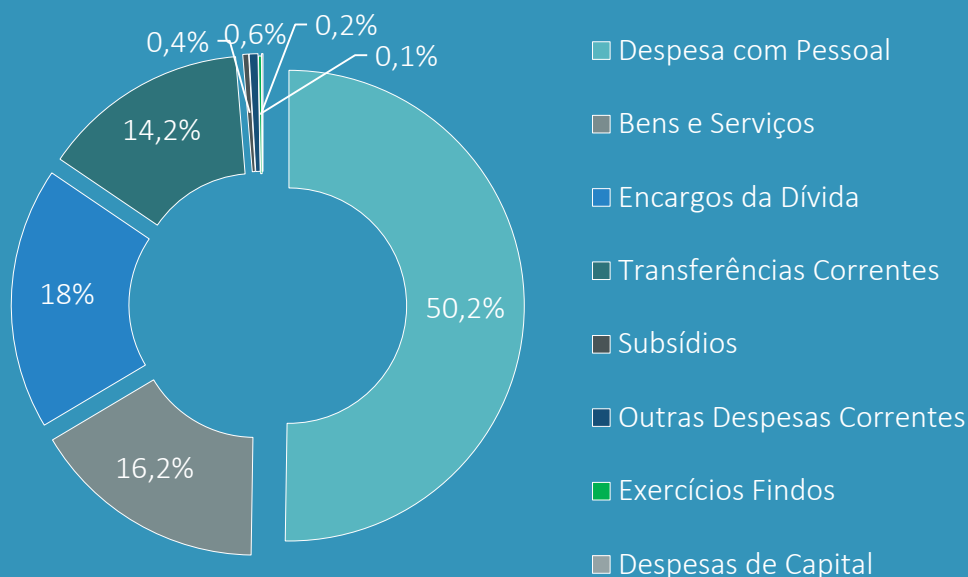
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Quanto será gasto para manter a administração pública a funcionar?

Para assegurar o pleno funcionamento das instituições públicas, estão previstos cerca de **184.037,1 milhões de MT** para o ano de 2018, equivalente a 18,6% do PIB, um decréscimo de 0,9 pontos percentuais, comparativamente com 2017.



GRÁFICO 2 – Composição da Despesa de Funcionamento



Nas Despesas com os Encargos da Dívida, espera-se a concentração dos vencimentos do serviço da dívida a partir de 2018. A principal preocupação do Governo na rubrica Despesas com Bens e Serviços é melhorar e assegurar a provisão de serviços públicos aos cidadãos, sendo prioridades, a aquisição e distribuição de medicamentos, equipamento hospitalar e carteiras escolares, entre outros bens.

SUBSÍDIOS

Em 2018, 735,5 milhões de MT, ou 0,1% do PIB, serão alocados para subsídios às empresas com défice de exploração. Os subsídios aos preços (farinha de trigo, transporte e combustíveis) serão eliminados. O Governo irá converter o subsídio ao transportador em programa de investimento para a aquisição de transportes semi-colectivos. Assim, houve uma redução de 0,2 pontos percentuais do PIB, em relação à 2017, na rubrica "Subsídios".

ELEIÇÕES 2018

Para o ano de 2018, está previsto o montante de 5.000,00 milhões de MT para as eleições, dos quais 4.000,00 milhões de MT para as Eleições Autárquicas de 2018 e os restantes 1.000,00 milhões de MT para preparação das Eleições Presidenciais, Parlamentares e das Assembleias Provinciais de 2019.



DESPESA DE INVESTIMENTO

Quais são as áreas prioritárias de investimento?



A previsão para as Despesas de Investimento é de **81.404,3 milhões de MT**, contra 80.381,2 milhões de MT em 2017. O Governo vai continuar a garantir acções que tenham um efeito multiplicador na economia, de modo a impulsionar o crescimento do desenvolvimento sócio económico do País, através da construção e reabilitação de infra-estruturas, como escolas, hospitais, estradas, pontes, electrificação, sistemas de abastecimento de água e saneamento, entre outros.

Tabela 2 – Amostra de Projectos de Investimento (milhões de MT)

Acção	Despesas de Investimento		
	Externo	Interno	TOTAL
Educação	5,856.0	1,544.8	7,400.9
CONSTRUCAO DE SALAS DE AULAS	0.0	160.5	160.5
LIVRO ESCOLAR	1021.2	0.0	1,021.2
FORMACAO E CAPACITACAO DE PROFESSORES	123.4	0.0	123.4
RECUPERACAO RESILIENTE DE INFRASTRUTURAS ESCOLARES	179.4	0.0	179.4
CONSTRUCAO DE 25 SALAS DE AULAS	0.0	41.2	41.2
Saúde	3,574.7	1,808.1	5,382.8
DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL III	-	85.0	85.0
DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL II	882.5	402.7	1,285.2
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS PARA APOIO INSTITUCIONAL	970.6	30.0	1,000.6
Infraestruturas (Estradas, Águas e Obras Públicas)	29,122.7	8,047.3	37,170.0
MANUTENCAO DE ESTRADAS NAO PAVIMENTADAS	-	1,000.0	1,000.0
MANUTENCAO DE ESTRADAS DISTRICTAIS	353.9	310.3	664.2
MELHORAMENTO DA ESTRADA N13: NAMPULA - CUAMBA	794.1	100.0	894.1
REABILITACAO DA ESTRADA NACIONAL N6C TICUA-BUZI'NOVA SOFALA	845.9	32.4	878.3
ASFALTAGEM DA ESTRADA NACIONAL N13: CUAMBA-MANDIMBA-MASSANGULO	1,016.0	85.0	1,101.0
CONSTRUCAO DA BARRAGEM MOAMBA MAJOR	-	50.0	50.0
REABILITACAO DA BARRAGEM DE MASSINGIR - EMPRESTIMO SUPLEMENTAR DE EMERGENCIA	221.8	28.0	249.8
REABILITACAO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE MOCUBA	141.0	-	141.0
CONSTRUCAO DE PONTES NA N380 (CABO DELGADO)	631.6	43.0	674.6
Agricultura e Pesca	3,508.5	3,069.4	6,577.9
APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	-	208.8	208.8
APOIO A PRODUCAO AGRICOLA	-	82.1	82.1
APOIO A PRODUCAO PECUARIA	-	71.3	71.3
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO URBANO	400.0	13.0	413.0
Energia e Recursos Minerais	191.0	1,455.0	1,646.1
ELECTRIFICACAO RURAL - ALIVIO A POBREZA	-	320.0	320.0
PROSSEGUIR COM A ELECTRIFICACAO RURAL COM PRIORIDADE PARA AS SEDES DOS POSTOS ADM I	-	10.4	10.4
ELECTRIFICACAO DO SISTEMA DE IRRIGACAO DO DISTRITO DO DONDO NA LOCALIDADE DE MANDRU	-	20.2	20.2
Transporte e Comunicações	1,082.1	1,287.0	2,369.2
MANUTENCAO DE CANAIS E AJUDAS A NAVEGACAO	-	213.4	213.4
CONSTRUCAO DAS ADMINISTRACOES MARITIMAS	-	38.7	38.7
AQUISICAO DE MEIOS DE TRANSPORTES	-	480.3	480.3
CONSTRUCAO DO AEROPORTO DE GAZA	925.5	-	925.5

DESPESA A NÍVEIS TERRITORIAIS

Quanto será alocado para as diferentes províncias?

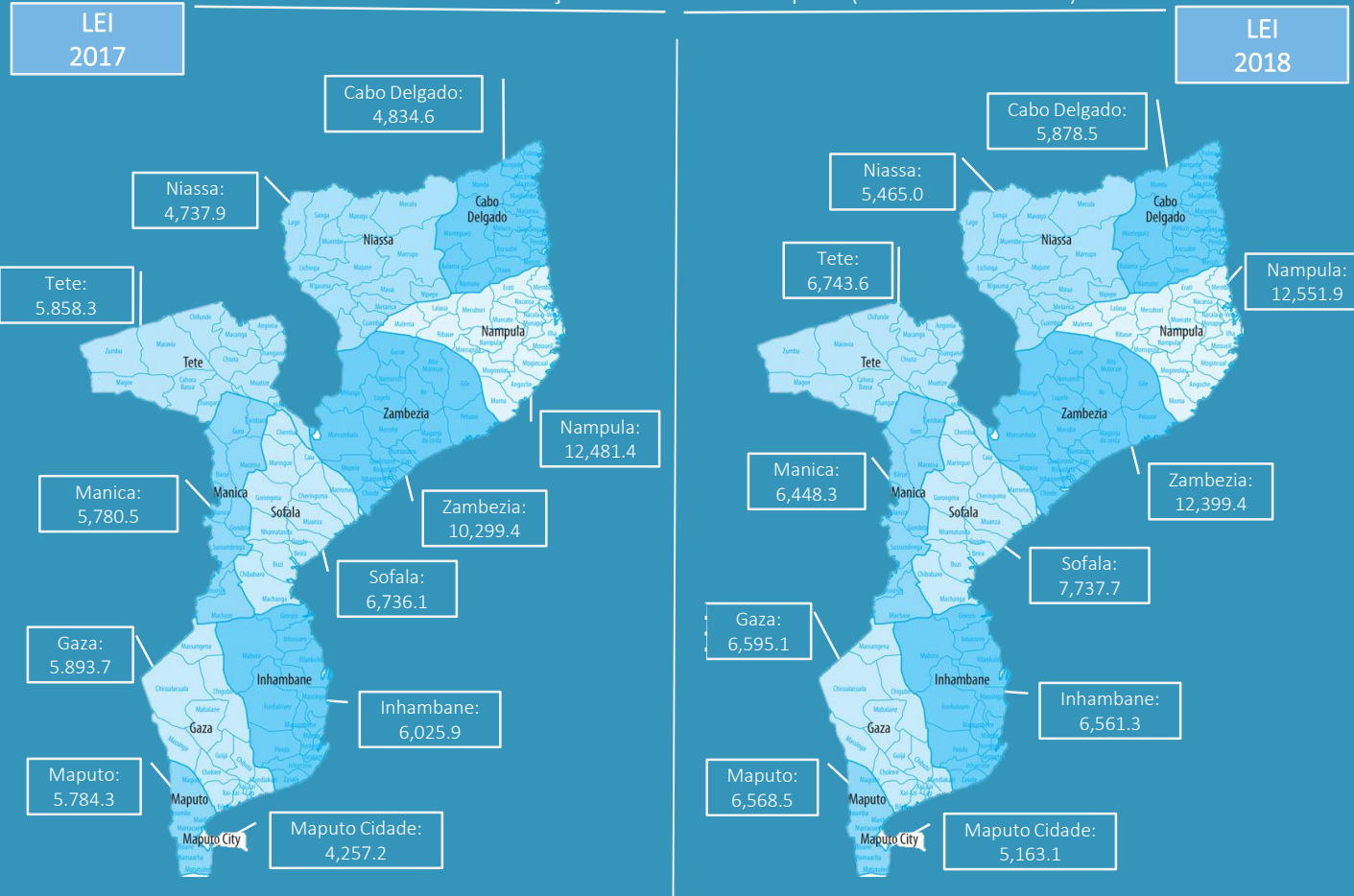
Tabela 3 – Alocação por nível territorial

	LEI 2017		LEI 2018	
	Milhões de MT	% da Despesa Total*	Milhões de MT	% da Despesa Total*
CENTRAL	138,354.10	65.9%	150,193.80	64.7%
LOCAL	71,539.10	34.1%	82,052.30	35.3%
Provincial	29,950.80	41.9%	34,390.17	41.9%
Distrital	37,923.90	53.0%	43,281.89	52.7%
Autárquico	3,664.40	5.1%	4,380.23	5.3%

*Total da Despesa excluindo os Encargos da Dívida e as Operações Financeiras

Apesar do carácter restritivo do OE 2018, há um aumento da alocação dos recursos para o nível local, com objectivo de continuar a garantir o processo de descentralização dos recursos.

MAPA 1 e 2 - Afecção Territorial da Despesa (em Milhões de MT)

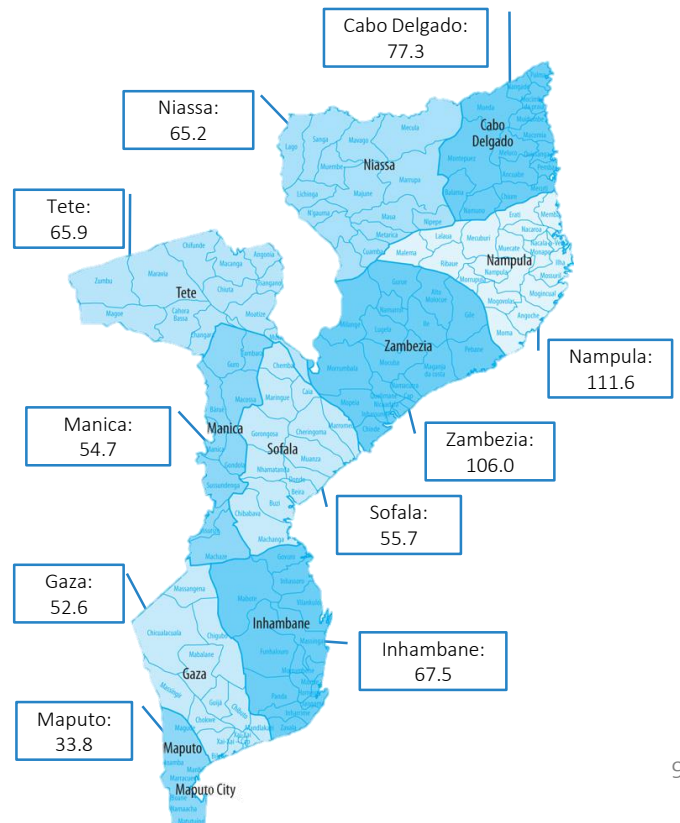


FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO

Quanto cada província receberá para o FDD, vulgo "7 milhões"?

Para o Fundo Distrital de Desenvolvimento está previsto o montante de 690,3 milhões de MT para o ano de 2018, como forma de continuar a garantir geração de emprego e de rendimento a nível local.

As províncias que irão consumir mais recursos do fundo são Nampula, Zambézia e Cabo Delgado, com 111,6; 106,0; e 77,3 milhões de MT, respectivamente.



DESPESA POR FUNÇÃO DO GOVERNO

Em que áreas serão gastos os recursos do Governo?

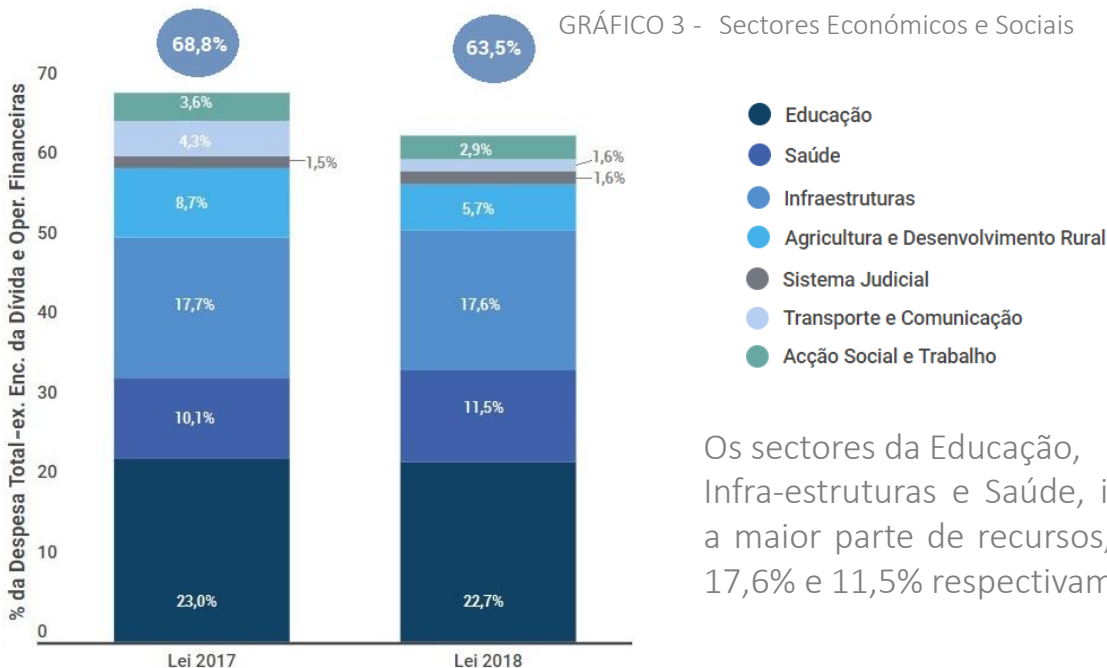
Em termos de funções, ou áreas de actuação do Governo, a maior fatia da despesa vai para Serviços Públicos Gerais, seguido de Assuntos Económicos e Educação.

TABELA 4 - Despesas segundo a Classificação Funcional

	LEI 2017	LEI 2018
Em milhões de Meticais		
Serviços Públicos Gerais	87,479.3	92,240.0
Defesa	6,581.8	7,872.5
Segurança e Ordem Pública	17,385.5	21,298.8
Assuntos Económicos	67,931.9	85,007.4
Protecção Ambiental	3,839.7	2,992.1
Habituação e Desenv. Colectivo	13,028.3	7,649.5
Saúde	22,723.9	25,780.9
Recreação, Cultura e Religião	1,298.8	1,236.2
Educação	46,208.2	51,290.5
Segurança e Acção Social	5,811.2	7,560.3
Total	272,288.6	302,928.1

DESPESAS NOS SECTORES ECONÓMICOS E SOCIAIS

O Governo tem como objectivo alocar 60% do Orçamento aos sectores económicos e sociais (Saúde, Educação, Acção Social e Trabalho, Infraestruturas, incluindo Água e Obras Públicas, Estradas e Energia, Justiça, Agricultura, Transportes e Comunicações). Estes criam novas dinâmicas económicas e produtivas e de geração de rendimentos adicionais a curto e médio prazos, garantindo serviços básicos à população, promovendo um crescimento económico sustentável e inclusivo. e reduzindo deste modo a pobreza.



Os sectores da Educação, Infra-estruturas e Saúde, irão absorver a maior parte de recursos, com 22,7%, 17,6% e 11,5% respectivamente.

AMOSTRA DAS ACÇÕES SECTORIAIS

O que o OE "comprará" nos diversos sectores?

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Orçamento Global: 52.380,5 Milhões de MT

O Sector da Educação em 2018 crescerá em 3,7% do PIB, devido ao maior número de alunos, construção de mais escolas e salas de aulas, maior oferta de ensino superior, contratação de novos professores, e a conclusão da construção e apetrechamento das Instituições de Ensino Técnico Profissional.



Indicadores Sociais

Espera-se que a taxa de escolarização atinja 85,0% e que sejam distribuídas 65.608 carteiras escolares.

Principais Accões

- Construção de 1.422 salas de aulas, sendo 1.193 do ensino Primário e 229 salas do Secundário;
- Aquisição e distribuição de cerca de 66 mil carteiras escolares para o ensino Geral;
- Distribuição de cerca de 14 milhões de livros escolares para todas as escolas primárias; e
- Contratação de 5.213 novos professores, dos quais, 4.848 do Ensino Primário, 165 do Secundário Geral e 200 do ensino Técnico Profissional.

SAÚDE

Orçamento Global: 26.250,2 Milhões de MT

Neste Sector, para o ano de 2018, prevê-se um crescimento de 3,6% do PIB, resultante do incremento do atendimento nas consultas externas, nos partos institucionais e internamentos.

Indicadores Sociais: Um incremento da taxa de cobertura de crianças menores de 12 meses de idade completamente vacinadas para 92%, 80,0% de Cobertura de partos institucionais e 98.717 crianças beneficiárias do TARV



Principais Acções

- Contratação de 2.019 novos profissionais (500 de nível superior e 1.519 do nível médio); Desenvolvimento de infraestruturas para apoio institucional;
- Desenvolvimento de Infraestruturas de Níveis I, II, III e IV (Hospitais e Postos de Saúde);
- Aquisição e distribuição de medicamentos, no valor de 8,0 mil milhões de MT;
- Aquisição de equipamento médico cirúrgico e hospitalar, estimado em 446,2 milhões de MT; e
- Reabilitação do sistema eléctrico.

INFRAESTRUTURA - ESTRADAS, ÁGUA E ELETRICIDADE

Orçamento Global: 40.905,8 Milhões de MT

Para o sector de construção está previsto um crescimento de 3,8%, sustentado pelo volume de investimentos realizados na construção e reabilitação de infra-estruturas públicas e privadas.

ESTRADAS

Neste sector, dentre vários projectos, **importa destacar os seguintes:**

- Reabilitação de 455 Km de Estradas, sendo, 255 Km de Estradas Nacionais e 200 Km de Estradas Regionais, como de Ka Tembe-Belavista, Boane - Ponta Douro e Cuamba - Lichinga;
- Asfaltagem de 280 Km de Estradas, sendo 245 Km de Estradas Nacionais e 35 Km de Estradas Regionais, como de Cuamba-Mandimba-Massangulo; e
- Continuação das obras de construção e reabilitação de 22 Pontes.

ÁGUA

Para o sector de Águas, importa **salientar as seguintes acções:**

- Prosseguir com a reabilitação e construção de sistemas de saneamento e drenagem de águas pluviais nas Cidades da Beira e Maputo;
- Prosseguir com a reabilitação das Barragens de Massingir, Corumana, Macarretane e dos Pequenos Libombos;



- Reabilitar o sistema de abastecimento de Mocuba; e
- Reabilitar 13.500 novas ligações domiciliárias e construir 1.129 fontes de água dispersas nas zonas rurais, das quais: Gaza (68), Inhambane (36), Sofala (30), Manica (30), Tete (93), Zambézia (294), Nampula (473), Cabo Delgado (75) e Niassa (30), beneficiando cerca de 377.700 pessoas, das quais 200.180 mulheres e 177.520 homens.

ELECTRICIDADE

Para o ano de 2018, importa destacar no sector de Energia as seguintes acções:

- Prosseguir com a electrificação rural através da Rede Eléctrica Nacional nas províncias de Zambézia, Tete e Manica;
- Prosseguir com a electrificação rural através de sistemas solares, nas Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Manica, Tete e Sofala;
- Prosseguir com a construção e reforço das linhas de transporte de energia eléctrica, incluindo a construção de subestações, na Província do Niassa; e
- Construir centrais solares, nas províncias de Zambézia e Cabo Delgado.



AGRICULTURA

Orçamento Global: 13.232,8 Milhões de MT

A previsão de crescimento deste Sector em 2018 é de 4,4% do PIB, justificado pelo investimento do Governo na produção agrária, através dos Centros de Serviços Agrários; a efectiva operacionalização dos regadios, libertação de semente de qualidade e a assistência crescente aos produtores.

Indicadores Sociais: Está previsto a construção e reabilitação de 1.242 hectares de áreas de regadio.

Principais acções

- Aumento da produção de cereais, com destaque para o Milho e o Arroz, de leguminosas, raízes e tubérculos;
- Apoio a produção agrícola e pecuária;
- Aumento de áreas de produção;
- Reabilitação de regadios em Moamba-Maputo e nos distritos de Chókwé, Guija e Chibuto, na Província de Gaza; e
- Uso de sementes melhoradas, fertilizantes e pesticidas.



TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO Orçamento Global: 3.761,5 milhões de MT

No sector de Transportes, prevê-se um crescimento de 6,1%, resultante de investimentos nos seguintes ramos: Marítimo, Aéreo, Rodoviário e Ferroviário. E nas comunicações, está previsto um nível de crescimento, como consequência da competitividade dos operadores das linhas, que resulta na oferta de melhores serviços aos clientes.



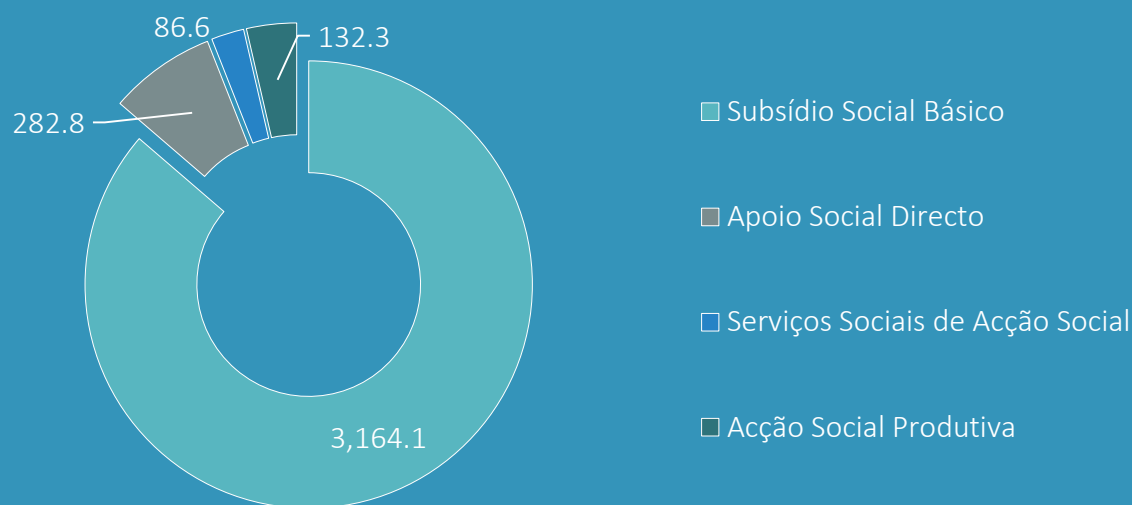
Principais accções:

- Aquisição de 200 novos autocarros, para o reforço da frota de transporte público urbano (Maputo, Matola e Capitais Provinciais);
- Equipar 8 embarcações para busca e salvamento;
- Expandir Serviços de Telefonía Móvel nos Distritos de Nacala, Vilankulo, Manhiça, Namaacha, Maxixe e Chokwé, e em 11 Capitais Provinciais; e
- Modernizar e efectuar a Balizagem do Porto de Maputo e Beira.

DESPESA NA ÁREA DE PROTECÇÃO SOCIAL

O Orçamento de Estado para o ano de 2018 irá abranger cerca de 567.290 beneficiários através dos Programas de Protecção Social, um incremento de 11,7%, quando comparado com o ano de 2017, resultante da necessidade de minimizar o custo de vida da população desfavorecida. Os Programas de Protecção Social irão consumir o montante de 3.665,8 milhões de MT, dos quais fazem parte quatro (4) programas: Subsídio Social Básico, Apoio Social Directo, Serviços Sociais de Acção Social e Acção Social Produtiva.

GRÁFICO 4 – Programas de Protecção Social (em Milhões de MT)



DÉFICE ORÇAMENTAL

Como é que o Governo gastará mais do que arrecadará?

No exercício económico de 2018, é previsto que o Estado gaste mais do que conseguirá arrecadar, gerando assim um défice. O Déficit Orçamental é de **80.068,5 milhões de MT**, correspondente a 8,1% do PIB, um decréscimo de 2,6 pontos percentuais, quando comparado com o ano de 2017, o que é justificado pela contenção da Despesa Pública e pelo aumento da arrecadação de receitas internas.

Tabela 5 - Déficit Orçamental

	LEI 2017	LEI 2018
Em milhões de Meticais		
1. Receitas do Estado	186,333.5	222,859.7
2. Despesas do Estado	272,288.7	302,928.1
Déficit Orçamental (1 – 2)	(85,955.2)	(80,068.5)

Como será coberto o Déficit Orçamental?

Para cobrir o défice orçamental, o Governo já tem assegurados Recursos Externos, no montante de 60.864,2 milhões de MT, dos quais, 43.491,5 milhões de MT são Créditos Externos (empréstimos) e 17.372,7 milhões de MT, em forma de Donativos Externos. Adicionalmente, o Governo irá mobilizar por via de Crédito Interno (empréstimo), o montante de 19.204,3 milhões de MT, e visará dinamizar o mercado de capitais por via de emissão de Obrigações de Tesouro. Os Recursos Externos (60.864,2 milhões de MT) mais o valor do Crédito Interno (19.204,3 milhões de MT), cobrem os 80.068,5 milhões de MT de défice orçamental.

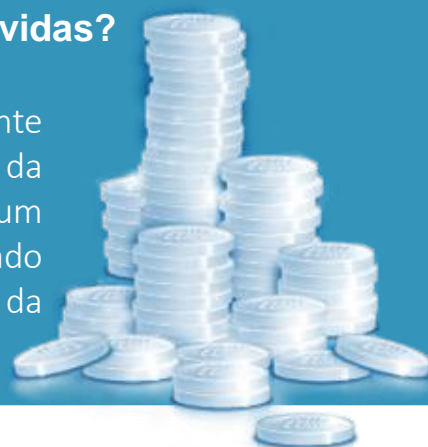
Tabela 6 - Financiamento do Défice

	LEI 2017	LEI 2018
Em milhões de Meticais		
3. Crédito Interno	21,102.8	19,204.3
4. Recursos Externos	64,852.4	60,864.2
Donativos Externos	14,047.6	17,372.7
Créditos Externos	50,804.8	43,491.5
Total Financ. Défice (3 + 4)	85,955.2	80,068.5

SERVIÇO DA DÍVIDA

O OE 2018 prevê pagamento de dívidas?

O Orçamento do Estado para o ano de 2018 prevê o montante de **57.288,7 milhões de MT** para o pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), equivalente a 5,8% do PIB, um decréscimo de 0,4 pontos percentuais, quando comparado com o ano de 2017, resultante da estabilidade cambial e da melhoria da actividade económica.



CONCEITOS BÁSICOS

- **Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP):** é um instrumento de planificação de médio prazo (3 anos) que permite prever as receitas e despesas públicas para esse período.
- **Despesa Pública:** é a soma dos gastos realizados pela administração pública.
- **Dívida Pública:** empréstimos contraídos pelo Estado.
- **Plano Económico Social (PES):** é um instrumento de programação e de gestão da actividade económica e social que orienta a acção governativa.
- **Receitas Consignadas:** são receitas públicas provenientes de tributos (impostos e taxas).
- **Receita Pública:** Todos os recursos, financeiros ou em espécie (bens), independente de fonte ou natureza, postos à disposição do Estado para uso. Estas vem das contribuições e impostos dos cidadãos e empresas, dos pagamentos por prestação de serviços pelos órgãos e instituições de Estado, dos donativos e créditos, nacionais e estrangeiros.
- **Receitas Próprias:** são receitas públicas provenientes de pagamentos, por outros órgãos e instituições do Estado ou por entidades privadas.
- **Subsídios:** é uma ajuda financeira oferecida, com o objectivo de ajudar pessoas ou organizações que passam por certas dificuldades.